

4

PROJETOS PROTEJO E MULHERES DA PAZ: A PERCEÇÃO DOS PARTICIPANTES EM MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO

Andréa Maria Silveira¹; Simone Maria dos Santos²; Frederico Couto Marinho³;
Cintia Lopes de Barros dos Santos⁴ e Maria Cecília de Oliveira Rosa⁵

RESUMO

O estudo teve por objetivo avaliar a percepção dos participantes dos projetos Projeto e Mulheres da Paz no município de Santa Luzia (MG), Mulheres da Paz em Contagem (MG) e, do projeto Protejo no Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro (RJ) sobre a implementação dessas iniciativas. Do ponto de vista metodológico foram realizadas entrevistas com gestores, parceiros dos projetos, jovens beneficiários, mulheres da paz e técnicos encarregados da implementação dos projetos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram como pontos fortes comuns dos projetos: empoderamento das mulheres participantes do Mulheres da Paz e informação dos jovens beneficiários dos dois projetos quanto aos direitos de cidadania, políticas sociais voltadas para a juventude e outros temas importantes para os jovens como: violência, uso de drogas, direitos humanos, segurança pública, qualificação profissional etc. Os principais problemas enfrentados na implementação dos projetos foram: orçamentos mal dimensionados e insuficientes, dificuldades de gestão do recurso de origem federal e das propostas dos projetos, falta de integração entre as políticas públicas, falta de lideranças institucionais engajadas e comprometidas com a execução dos projetos, falta de espaço físico adequado para a implementação das ações, violência da polícia e hostilidade de grupos criminosos. A despeito das dificuldades todos os atores envolvidos, particularmente os jovens entrevistados, avaliaram a participação no projeto como positiva. Nenhum dos envolvidos avalia impactos dos projetos sobre a violência e criminalidade nos territórios onde foram implementados.

Palavras chaves: violência, prevenção, juventude, mulheres, avaliação

ABSTRACT

The study aimed to evaluate the perception of the participants in the projects Women for Peace and Protejo in Santa Luzia (Minas Gerais), the Project Women for Peace in Contagem (Minas Gerais) and the project Protejo in Complexo da Maré (Rio de Janeiro). The information was gathered through interviews with managers, projects partners, technicians in charge of project implementation, youth and women for peace that have participated. The discussions have been recorded and a transcription was made. Analysis of data was done through content analysis. The results show as strengths of the projects: the empowerment of women participating in the Women for Peace and the offering of information for young that have taken part of the two projects as: the rights of citizenship, social policies targeted the youth and other issues important to youth living in disadvantaged communities such as violence, drug use, human rights, public safety, job qualification etc. . The main problems faced in the implementation of the projects were poor budgets, financial resource management difficulties, implementation management difficulties, lack of integration among public policies, lack of institutional leaders engaged and committed to the

1 Coordenadora. Doutora em Ciências Humanas- UFMG. Docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG e pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública – CRISP/UFMG

2 Doutora em Sociologia - UFMG. Pesquisadora do CRISP/UFMG

3 Doutor em Sociologia - UFMG. Pesquisador do CRISP/UFMG

4 Mestranda em Sociologia – UERJ, pesquisadora do CRISP/UFMG

5 Especialista em Criminalidade e Segurança Pública - UFMG

implementation of projects, lack of adequate place for the implementation of actions, police violence and hostility of criminal groups. All stakeholders particularly the young people interviewed have assessed the participation in the project as positive. None of those involved in the projects had perceived decreasing of the violence and crime in the territories where the projects were implemented.

Key words: *violence, women, prevention, youth, evaluation*

1. INTRODUÇÃO

Desde 2003 o Governo Federal propõe uma Política Nacional de Segurança Pública, que inclui na sua agenda a prevenção da violência e criminalidade como uma das áreas de atuação. As ações de prevenção ganharam importância principalmente com a reformulação da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública, a qual ampliou a possibilidade de financiamento de ações municipais de prevenção à criminalidade (BRASIL, 2003).

Os Planos Nacionais de Segurança Pública, particularmente o segundo, ressaltam em suas diretrizes a prevenção (SOARES, 2007). No entanto, é em 2007 com o PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania que o governo Federal institui um plano nacional que prioriza tanto a repressão qualificada quanto a prevenção da violência, articulando políticas de segurança com ações de natureza social. O programa busca atuar nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, por meio do fortalecimento dos laços comunitários e das parcerias com as famílias, sem abdicar das estratégias de ordenamento social e repressão. As ações do Pronasci prevêm três frentes de atuação: 1) territorial: atuando em regiões urbanas com altos índices de criminalidade; 2) etária: priorizando a juventude, particularmente jovens entre 15 e 24 anos, que vivem nas franjas da criminalidade ou já cometeram atos infracionais e, por fim 3) policial: por meio da formação e valorização das forças de segurança.

Neste sentido a Lei 11.530 de 24/10/2007 que criou Pronasci instituiu quatro projetos: Reservista-Cidadão; Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo; Mulheres da Paz; e o Bolsa-Formação. A percepção dos participantes dos Projetos Mulheres da Paz e Protejo em Minas Gerais (municípios de Santa Luzia e Contagem) e Rio de Janeiro (Complexo da Maré no município do Rio de Janeiro) constituiu o objeto do presente artigo.

Nos termos da Lei, o Projeto Mulheres da Paz Art. 8º “é destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci”.

A criação do Projeto Mulheres da Paz é coerente com um modelo de intervenção social que no Brasil, vem conferindo grande centralidade na implementação das políticas públicas às mulheres, seja como clientes dos programas de transferência de renda, seja como operadoras de programas governamentais de base local, voltados para populações vulneráveis (Molyneux, 2006, Borj, Fontes, 2007 Sorj, Gomes, 2011).

Essa participação das mulheres nos programas sociais brasileiros incorpora várias concepções de identidade de gênero. Uma dessas identidades valoriza o modelo tradicional de família, visto como um pilar para a construção de redes de segurança

para as famílias pobres. Neste caso, os atributos tradicionalmente associados às mulheres como a vocação para o cuidado e agregação das famílias colocam-se como virtudes a serviço das políticas de distribuição de renda, enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social. No caso do enfrentamento da violência, os movimentos de mães contribuíram para o fortalecimento da percepção que associa mulheres, maternidade e não violência, o que alimentou uma série de iniciativas governamentais e não governamentais de mobilização das mulheres para projetos e campanhas contra a violência, o desarmamento, etc.

O Projeto Mulheres da Paz, inicialmente, fundou-se na possibilidade de institucionalizar os movimentos de mães, atraindo-os para “vitaminar” os esforços governamentais de enfrentamento da criminalidade, prevenção da entrada de jovens no mundo do crime e promoção de uma cultura de paz.

Contudo, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – SPM identificou na modelagem inicial do projeto o fortalecimento da imagem “*naturalizadora*” de mães cuidadoras, a qual se opôs, defendendo que o projeto deveria promover o *empoderamento* das mulheres e a incorporação dos homens (Sorj, Gomes, 2011).

Parte dessas sugestões foi absorvida no texto final do Projeto que, no artigo 8º da Lei nº 11/07, de 19 de junho de 2008, agrega aos objetivos iniciais as alterações recomendadas pela SPM, explicitando no texto legal a tensão mãe versus mulher, como pode ser verificado a seguir:

“O trabalho desenvolvido pelas Mulheres da Paz tem como foco:

I. a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres; e

II. a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.”(Brasil, 2008)

Este formato está alinhado com uma concepção de participação que valoriza a presença das mulheres pobres no espaço público como forma de *empoderamento*, essencial ao projeto de mudança de relações de gênero que, se inicia na transformação pessoal, passa pela vida familiar e expande para o território em que vivem e atuam. Esta lógica orienta os cursos de capacitação do projeto a incorporarem temas como violência familiar, sexualidade, direitos e liderança comunitária, valorização da autoestima e autodesenvolvimento contribuindo assim, para a superação de modelos tradicionais de feminilidade e para a construção de uma nova subjetividade.

Este modelo calcado na idéia do *empoderamento* está ainda em sintonia com uma concepção de política pública que entende que, para transformar, é preciso mudar o indivíduo, o que se faz por meio da capacitação, muito mais do que pelas mudanças estruturais. Este modelo valoriza o protagonismo como “*elo de conexão entre os níveis micro e macrosociais confere a atividade de educação/capacitação uma importância central no desenho do programa Mulheres da Paz*” (SORJ, GOMES, 2011).

Assim, a implementação do projeto Mulheres da Paz deve ocorrer por meio da formação sócio-jurídica realizada com foco em direitos humanos, gênero e mediação pacífica de conflitos; desenvolvimento de atividades de emancipação da mulher, reeducação e valorização dos jovens e adolescentes e colaboração com as ações desenvolvidas pelo Protejo, em articulação com os Conselhos Tutelares.

O projeto prevê a organização das Mulheres da Paz – MP em grupos dentro da comunidade. Esses grupos devem se articular com os demais atores da rede de proteção social de forma a garantir o atendimento das reivindicações e necessidades mais prementes dos jovens da comunidade.

As MP identificam esses jovens, acompanham suas trajetórias, aconselhando-os e orientando-os. Nos locais onde existe o Programa Protejo - Projeto de Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis - as MP também encaminham os jovens para esse projeto.

No que diz respeito ao Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo a Lei 11.530 determina que se destina:

“À formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.

§ 1o O trabalho desenvolvido pelo Protejo terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e tem como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso socioformativo para sua inclusão em uma vida saudável.

§ 2o A implementação do Protejo dar-se-á por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas, culturais e educacionais e formação sociojurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem”.

O Protejo está voltado para jovens de 15 a 24 anos que tenham sido vítimas de criminalidade, estejam em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, sejam egressos do sistema prisional ou estejam cumprindo medidas socioeducativas ou em situação de rua. O objetivo é reintegrá-los à comunidade com ações que previnam a violência e incentivem a prática da cultura da paz. O projeto seleciona e acompanha esses jovens no desenvolvimento de seus percursos formativos voltados para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e, inclusão social. Dessa forma, busca a prevenção da violência e da criminalidade e do envolvimento com drogas, além de aumento da autoestima dos jovens.

De uma forma geral, o percurso inclui temas como: formação cidadã e sociojurídica, violências, resolução pacífica de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, autoestima, informática e tecnologia, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas.

A percepção dos atores envolvidos na implementação dos projetos foi apreendida por meio de entrevistas em profundidade (gestores municipais, técnicos envolvidos na implementação dos projetos e atuando na rede de proteção municipal, lideranças comunitárias, jovens beneficiários dos programas) e grupos focais com as MP. As entrevistas em profundidade e os grupos focais foram analisados com base na proposta de análise de conteúdo (Bardin, 2009).

2. RESULTADOS

Esta pesquisa teve seu início, aproximadamente 24 meses depois de finalizada a execução dos projetos. Este intervalo de tempo teve impactos não desprezíveis sobre as possibilidades de acesso às informações no campo. Nas cidades de Santa Luzia e Contagem ocorreu uma grande dispersão dos atores envolvidos na implementação dos projetos. As eleições municipais para prefeitos e vereadores ocorridas em 2012 resultaram na mudança dos partidos no poder nos dois municípios e em ampla troca dos ocupantes dos postos de trabalho. Ressalta-se que nos dois municípios os projetos foram executados por profissionais sem vínculo com as prefeituras, alguns por meio de contratos terceirizados e precarizados (RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo, bolsas de atividade de extensão universitária etc.). Quando da realização da pesquisa, nenhum dos gestores e trabalhadores participantes do Projeto Mulheres da Paz no município de Contagem permanecia na administração municipal e apenas uma pessoa em Santa Luzia continuava trabalhando para a prefeitura, tendo sido exonerada durante a realização da pesquisa.

Evidenciou-se ainda, que grande parte dos documentos nos dois municípios foi extraviada e no caso de Santa Luzia, parte dos documentos foi propositalmente destruída, por uma das trabalhadoras participantes de um dos projetos, insatisfeita com sua exoneração. Estes fatos atestam a precariedade e o amadorismo da gestão pública brasileira e seu total desprezo pela memória institucional. Excetuando-se documentos de natureza contábil, exigidos nos processos de prestação de contas, relatórios gerenciais, agendas, lista de presença a reuniões, lista de contatos, documentos de planejamento das ações etc. praticamente não existiram para fins da pesquisa.

No caso do projeto Protejo no Complexo da Maré (RJ), embora os gestores continuassem vinculados a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) executora, muitos dos técnicos não trabalhavam mais para a organização quando da realização da pesquisa.

O grande intervalo entre a finalização dos projetos e o início da atividade avaliativa gerou ainda dificuldades de acesso aos jovens participantes. Apesar de 24 meses parecer um tempo curto, as urgências da juventude, e o fato de estarem os jovens empenhados em atividades, como formação profissional, busca de emprego, construção de vida afetiva e familiar etc., fez com que os projetos parecessem distantes em suas biografias. Muitos dos jovens não foram localizados nos endereços e telefones disponíveis e, mesmo aqueles, efetivamente contatados mostraram pouca disposição para participar dos grupos focais previstos originalmente na metodologia.

No que diz respeito às Mulheres da Paz observou-se grande disposição para cooperar e participar da pesquisa. A rede de solidariedade formada entre essas mulheres resultou em presença superior a planejada, necessária e desejável nos grupos focais, pois tomando conhecimento umas pelas outras da realização dos grupos, várias compareceram as reuniões, mesmo não tendo sido sorteadas. Essas mulheres explicitaram terem se movido pela expectativa de retorno do projeto.

A seguir apresentamos os principais achados iniciando por uma pequena caracterização dos territórios onde os projetos foram implementados, a caracterização dos seus usuários (jovens e Mulheres da Paz) quando disponíveis, a percepção dos atores envolvidos na implementação dos projetos e por fim as considerações finais sobre as iniciativas.

2.1 PROJETO MULHERES DA PAZ EM SANTA LUZIA E CONTAGEM

O núcleo inicial do município de Santa Luzia (MG) surgiu em 1692 durante o ciclo do ouro, o qual transformou a cidade em um centro econômico regional nos seus primeiros 100 anos de existência. O fim daquele ciclo levou Santa Luzia a se dedicar à agropecuária, mas se mantendo estabilizada como entreposto comercial. A partir da década de 1950, com o crescimento e fortalecimento de Belo Horizonte, das áreas vizinhas e da atividade industrial, a cidade teve um grande incremento populacional. Santa Luzia atraiu muitos trabalhadores devido aos valores mais baixos dos imóveis, quando comparados a Belo Horizonte, cidade distante 27 quilômetros. Segundo a Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a cidade possui extensão territorial de 233, 759 Km², e 202.942 habitantes dos quais 55797 tem entre 10 e 24 anos, 71% dos habitantes se definem como pardos ou pretos. A taxa de alfabetização entre aqueles com mais de 10 anos é de 95,6%. 97% da população têm acesso à rede de abastecimento de água, 86% a rede de esgoto e 94,8% a coleta de lixo. A média de moradores por domicílio é 3,7. O Produto Interno Bruto - PIB per capita é de R\$ 10.331,48; o índice de Gini de 0,35 e o índice de pobreza de 19,28%. Os projetos Mulheres da Paz e Protejo foram implementados nos bairros de São Benedito, Palmital, São Cosme, Baronesa e Industrial Americano. No que diz respeito aos indicadores de criminalidade os bairros onde foram implementados os projetos apresentam indicadores superiores ao restante do município. A taxa média de homicídios no município em 2008 era de 52,5 mortes por 100.000 habitantes (Waiselfisz, 2008).

O município de Contagem se originou do pequeno povoamento que surgiu entre fim do século XVII e início do século XVIII. Atualmente, a cidade possui centenas de indústrias, empresas prestadoras de serviços e de atividades comerciais diversas, sendo um dos principais pólos econômicos de Minas Gerais, responsável pela terceira maior arrecadação do estado. O município se situa na região central do estado e possui 603.650 habitantes, dos quais 205.642 têm entre 10 e 24 anos. Dos seus 189.909 domicílios, 46.253 têm seus habitantes vivendo com renda até dois salários mínimos. 99,31% da população têm acesso à rede geral de distribuição de água, 99,47% utiliza os serviços da companhia distribuidora de energia elétrica e 96,48% são atendidos pelo serviço de coleta de lixo.

O Produto Interno Bruto per capita é de R\$ 30.743,31. O índice de Gini é de 0,37, o índice de pobreza de 11% e, 58.163 indivíduos residem em domicílios instalados em aglomerados subnormais (IBGE, 2010). Contagem encontra-se conurbada à Belo Horizonte integrando sua região metropolitana. A cidade se destaca no cenário mineiro pelo crescimento da violência e criminalidade. Em 2008 sua taxa média de homicídios era de 58,8/100.000 habitantes levando-a a ocupar a 80ª posição no Brasil entre os municípios mais violentos.

2.2 O CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS

O convênio para a realização do projeto Mulheres da Paz no município de Santa Luzia – MG foi firmado com o prazo de vigência de 03/07/2008 a 02/07/2009. No entanto, nenhuma ação proposta no Plano de Trabalho havia sido implementada até junho de 2009, tendo sido solicitada e aprovada pelo Ministério da Justiça a prorrogação do prazo de vigência do Convênio para 02/07/2010. Também foi substituída a execução por parte da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) que optou por contratar para execução entidade com experiência na execução de projetos na área de prevenção a violência: o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP), o qual implementou o projeto em interlocução constante com aquela secretaria.

Em Contagem, o projeto Mulheres da Paz desde o início esteve sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania (SMDC) por meio do Convênio 394707 firmado entre o Ministério da Justiça e o município com vigência de 16/07/2008 a 19/02/2012. No entanto, o projeto também foi vinculado à Secretaria Municipal de Defesa Social, em parceria com a SMDC, devido à melhor estrutura da primeira. Assim, a Secretaria Municipal de Defesa Social ficou responsável pela prestação de contas e gestão do projeto, enquanto a SMDC estava mais focada no processo de capacitação e monitoramento buscando garantir alinhamento entre a execução e os objetivos do projeto.

Em Santa Luzia foram realizadas 133 inscrições e 81 mulheres foram selecionadas e capacitadas. Mas, apenas 74 efetivamente atuaram nas comunidades. As outras 07 mulheres compuseram o quadro de reserva técnica, caso ocorressem desistências. As mulheres selecionadas passaram por uma capacitação com duração de 150 horas e cujo conteúdo ia de encontro às prescrições do Ministério da Justiça.

Em Contagem foram inscritas 329 mulheres e selecionadas 272. No entanto, algumas mulheres começaram a deixar o projeto ainda na fase de capacitação. Os principais motivos foram: inserção no mercado de trabalho; ausência de estrutura para apoiar as mulheres que possuíam filhos pequenos e conflitos familiares (muitos motivados pela mudança de atitude das mulheres a partir da participação no projeto). No caso das mulheres que não podiam comparecer durante a semana por estarem trabalhando, foi oferecida a opção de se fazer o curso durante os sábados, em tempo integral.

2.3 O PERFIL DAS MULHERES DA PAZ

Em Santa Luzia, 77% das MP tinham entre 18 a 41 anos, 50% se declararam pardas, 33% pretas, 38% eram solteiras, 48% eram casadas ou viviam em união estável, 90% tinham filho(s). Dessas, 46% tinham de 1 a 2 filhos, 39% tinham de 3 a 4 filhos. Quanto à atividade profissional 43% das mulheres estavam desempregadas, 20% não exerciam nenhum tipo de atividade profissional, 20% realizavam trabalho autônomo ou informal, 12% possuíam trabalho fixo e 5% eram aposentadas. Com relação à renda, 57% da MP possuíam renda de 1 a 2 salários mínimos, 22% possuíam renda de ½ a 1 salário mínimo, 16% possuíam renda de até ½ salário mínimo, 5% não tinha renda. 44% das MP se sustentavam, 59% dependiam economicamente do cônjuge ou de outras pessoas. Quanto à escolaridade, 39% das MP possuíam o ensino fundamental incompleto, 21% o ensino médio completo, 9%, o ensino médio incompleto, 7% o ensino fundamental incompleto e 3% o ensino superior incompleto. 51% das MP eram contempladas com a Bolsa Família.

Em Contagem, 48% das mulheres selecionadas possuíam entre 34 e 49 anos e 18% entre 26 e 33 anos; 40% se declararam como pardas e 24% como pretas, 49% eram divorciados e 40% casados. Com relação à escolaridade 38,5% tinham até ensino fundamental completo, 44,0% ensino médio, 9,0% ensino médio incompleto, superior incompleto 4,5%, superior completo 2,7% e pós-graduação 0,3%. Em Contagem aparentemente não foram coletados dados sobre renda e número de filhos.

Embora, a Lei que criou o Pronasci determine que o Projeto Mulheres da Paz, *“é destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci”*, a exclusão daquelas que não tinham histórico de trabalho comunitário impediria que o projeto tivesse o número de mulheres suficientes para sua implementação. Desta forma, 47% das MP em São Luzia não realizavam trabalho comunitário quando selecionadas, em Contagem este percentual não foi documentado. Contudo, na percepção dos gestores, as mulheres selecionadas estavam plenamente aptas e pertenciam à população alvo do projeto. Em ambas as cidades o processo de formação das mulheres atendeu aos conteúdos determinados pelo MJ e contou em Santa Luzia com visita às agências públicas com as quais as mulheres teriam de interagir durante a implementação do projeto. Em Contagem, por limitações orçamentárias para custear o transporte, as visitas não foram realizadas.

2.4 O PERFIL DOS JOVENS ATENDIDOS

Em Santa Luzia 315 jovens foram atendidos pelas MP tendo-se tido acesso a informações sobre 297. Ressalta-se a coincidência parcial entre os jovens atendidos pelo projeto Mulheres da Paz e Protejo. Desses, a maior parte se encontrava na faixa etária dos 15 aos 17 anos (aproximadamente 48%). 10,48% dos jovens tinham filhos, 60% deles, se autodeclararam pardos e 17% pretos, 55,87% dos jovens não concluíram o ensino fundamental e 22,54% deles não concluíram o 2º. Grau. 54,92% dos jovens declararam não exercer qualquer tipo de atividade profissional, 21,27% se declararam

desempregados, 5,71% trabalhavam com carteira assinada, 4,44% eram autônomos, 2,86% exerciam trabalho informal e 1,92% trabalham fixo sem carteira assinada. Em relação à religião, 46,03% dos jovens se declararam católicos, 23,81% se disseram protestantes e 18,73% evangélicos. Em 37,46% dos casos a mãe era responsável pelo sustento das famílias, os pais são os responsáveis em 26,98% e 8,57 % dos jovens declararam que outras pessoas são os responsáveis pelo sustento da família. 32,46% das mães responsáveis pelo sustento da casa têm carteira assinada e 18,42% são autônomas. Em Contagem não foram encontrados dados sobre o perfil dos jovens atendidos e suas famílias.

2.5 A VISÃO DOS GESTORES SOBRE O PROJETO MULHERES DA PAZ

Os pontos negativos e que geraram dificuldades para a execução do projeto foram bastante parecidos nos dois municípios. O primeiro ponto citado foi a defasagem entre o valor disponibilizado para a execução do projeto e o valor real dos custos, fato imputado a dois fatores: o intervalo de tempo entre a aprovação e a execução e a falta de conhecimento sobre orçamentação dos trabalhadores que elaboraram os projetos. Este fato resultou em dificuldades para o custeio de transporte e lanches, determinou os baixos valores pagos aos técnicos e, contratação por jornada de trabalho inferior a necessária. Em Santa Luzia a precariedade dos contratos de trabalho foi apontada como um dos fatores responsáveis pela baixa adesão e insatisfação desses técnicos.

O segundo fator foi a necessidade de iniciar o projeto, por conta dos curtos prazos de execução, antes da aquisição de uma infraestrutura básica gerando muitos atritos entre usuários, gestores e técnicos.

Em Santa Luzia os gestores, em depoimentos por ocasião de outro estudo sobre o mesmo projeto, realizado em 2011, deram destaque a dificuldade decorrente da falta de precedentes históricos, no município, de trabalho descentralizado.

“... Porque nós vínhamos de um processo político em nossa cidade de 17 anos de uma filosofia política, de um modo centralizador. O prefeito, quando ele foi eleito em 2008, tinha 63% da população votando nele, com uma expectativa de mudança. E quando você vem com uma proposta de segurança pública exatamente na parte descentralizada, onde não teria ali um secretário que seria um ditador, um cara que imporia políticas para a comunidade, assim, essas políticas seriam construídas no dia a dia e de forma descentralizada, eu acho que o momento propício exatamente foi esse. Infelizmente nós não soubemos aproveitar esse momento, não soubemos. (Gestor, Santa Luzia, 2011).

Destaca-se assim, a falta de entendimento entre os principais gestores, prefeito e secretário executivo do Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM), quanto à importância do trabalho intersetorial no âmbito dos projetos de prevenção à violência e a criminalidade. Exemplificam esta situação a ausência do prefeito nas reuniões do GGIM e a inexistência de outro ator que assumisse o papel de agente catalisador da autoridade política, para viabilizar a participação e o envolvimento efetivo das diversas secretarias.

“É, nós não conseguimos implementar todas as demandas, não conseguimos trabalhar de forma intersetorial com outras instituições, não conseguimos ter essa articulação,... Então, isso dificultou muito, foi um ponto muito negativo pra que houvesse sucesso nessa execução, execução do projeto.” (Gestor, Santa Luzia, 2011)

“Infelizmente faltou uma habilidade por parte dos gestores. Acho que a prefeitura, o prefeito junto com o secretário de segurança pública, que é o gestor do Pronasci na cidade, ele não teve habilidade para trazer realmente as secretarias para dentro do GGIM....” (Gestor, Santa Luzia, 2011).

O desconhecimento em torno dos objetivos do projeto também foi apontado como um ponto negativo e um obstáculo. Não ocorreu uma divulgação entre os secretários municipais sobre o que seria o projeto Mulheres da Paz, não tendo sido o plano de trabalho desenvolvido de forma conjunta e participativa.

Em Contagem foram apontados problemas políticos semelhantes, como a falta de articulação entre as secretarias, as disputas políticas e a falta de respostas aos encaminhamentos apresentados pelas MP. De acordo com os entrevistados, esta era uma questão que extrapolava a governabilidade da coordenação do projeto, que também não recebia respostas aos seus encaminhamentos às outras agências públicas e, desconhecia o desfecho das demandas encaminhadas.

“Então tinha situações em que ela (coordenadora vinculada à Secretaria Municipal de Defesa Social de Contagem) assumia, ela a coordenação e só depois passava pra gente o problema, quando ele apareceu, então teve situações. Ela vai pra reunião sozinha, aí não me chamou, aí surgiu um problemão lá, aí ela me chamou. Ai teve um momento que minha equipe falou assim: ‘nós não vamos participar disso mais, não vamos participar porque a gente só é chamado pra resolver o problema’. Aí a minha equipe disse assim, nós não vamos mais deixar você ir na reunião, porque assim, pra resolver o problema você serve né? Mas pra pensar você não serve não?(Gestor, Contagem, 2013)

Quanto aos pontos positivos, os gestores chamaram atenção para a qualificação das mulheres para trabalhar as dimensões não materiais e materiais, subjetivas e objetivas. A dimensão subjetiva envolveu questões relativas a valores, comportamentos e autonomia tanto no que diz respeito às próprias Mulheres da Paz quanto aos jovens e suas famílias. Os relatos dos gestores dos dois municípios apontam o aumento da autoestima e o empoderamento das mulheres como uma das grandes conquistas do projeto.

“Olha, acho que o positivo é quando a gente percebe assim emocionada, a primeira é o empoderamento das mulheres. É como se você tirasse um rótulo da dona de casa, daquela que cuida dos outros e colocasse um outro rótulo e ela se sentisse importante com isso. E ela tá, não só como no lugar dela como cidadã, mas ela busca falar pelos outros também. Segundo é que elas realmente trouxeram as demandas na medida do possível, as demandas da comunidade para a prefeitura. Então isso, quer dizer, elas fizeram esse trabalho de escuta e de olhar, de retorno. Essas são as necessidades, algumas demandas foram atendidas e outras não.” (Gestor, Santa Luzia, 2011).

Em Santa Luzia conseguiu-se o registro de 96 demandas encaminhadas pelas MP para outros órgãos, 78% das quais resolvidas. Dessas demandas, 13 eram de encaminhamento para programas de proteção a ameaçados de morte, 50 eram demandas de assistência à saúde (33 relacionadas ao uso de drogas), 06 solicitações

de assistência jurídica e 06 eram solicitações de encaminhamento para o mercado de trabalho. Esses achados chamam atenção para a grande importância das demandas por assistência a saúde, particularmente daquelas relacionadas ao uso e drogas.

2.6 A VISÃO DAS MULHERES DA PAZ SOBRE O PROJETO MULHERES DA PAZ

As Mulheres da Paz dos dois municípios elencaram três principais motivos pelos quais decidiram participar do projeto: a possibilidade de se qualificarem para um trabalho já em curso na comunidade, a vontade de ajudar o próximo e por fim, a perspectiva de ajudar a si próprias.

“Eu achei assim, num primeiro momento né que eu vi o cartaz que eu num tinha conhecimento, eu achei legal ir ajudar o próximo, as pessoas que está precisando muito de ajuda né. Aí eu me identifiquei né?” (Mulher da Paz, Santa Luzia 2013)

“eu gostei do projeto pelo fato do meu bairro ter muito adolescente no mundo das drogas, muitos problemas mesmo no bairro então assim se a gente pode tá fazendo alguma coisa pra ajudar eu acho que foi uma iniciativa de tá podendo ajudar ao próximo no nosso bairro. Então nós fizemos de tudo pra poder ajudar.” (Mulher da Paz, Contagem 2013)

“Eu, na verdade, por já realizar um trabalho pro Consep⁶ com prevenção à criminalidade, então o Projeto Mulheres da Paz ele veio tipo que dando força naquilo que eu já vinha fazendo, mas sem ter muito respaldo.” (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

A percepção, de grande parte, das MP quanto aos objetivos do projeto caminhou de encontro à proposta de envolvê-las em ações orientadas para a efetividade da cidadania dos membros da comunidade e, em especial, dos jovens. No entanto, cabe destacar o fato de muitas mulheres em Santa Luzia reafirmarem que o processo para ajudar a comunidade, em um primeiro momento, passa por um processo de autoconhecimento e aquisição ou aumento de autoestima delas próprias.

“E os nossos problemas em casa, nós como donas de casa, esposa, a gente aprendeu a conhecer os nossos direitos, deveres, passamos isso pra comunidade pra outras mulheres, foi assim, nós tivemos experiências com mães com filhos viciados que a gente aprendeu onde procurar ajuda, as próprias mulheres da paz, nós tínhamos problemas com nossas colegas, nós tínhamos problemas com nossos maridos e nós aprendemos a lidar com isso ,aprendemos o que fazer, a quem procurar e a passar isso até para nossos vizinhos, não só para nossas família, como estava determinada para a gente ajudar ,é o contrário, nos não focamos só naquelas família, porque nós tínhamos cinco para visitar e expandiu, não ficou só nisso , o que nós aprendemos, nós passamos pra frente , pros vizinhos, pros amigos no ponto de ônibus , nas filas de hospitais, foi assim”. (Mulheres da Paz, Santa Luzia, 2013)

Em Contagem, verificou-se que o objetivo não estava plenamente claro para as participantes. Sendo, de forma mais geral, entendido como um projeto de atenção ao jovem e adolescente em situação de risco e para a mediação de conflitos familiares, em especial os casos de violência doméstica.

⁶ CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública

“O objetivo do projeto era alcançar onde estava o conflito ali dentro. Já que nós moramos lá dentro, eu morava lá agora não moro mais não, na época eu dividia lá então a gente tava assim de perto e sabia melhor o que estava acontecendo. Lá via se era problema contra a mulher ou se era um problema com adolescente, com jovem. Aí a gente conseguiu identificar mais que no local eram jovens e tinha casos de agressão contra a mulher.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

As Mulheres da Paz, nos dois municípios ressaltaram como um dos pontos fortes do projeto, o volume e a qualidade das informações que elas adquiriram a partir dos cursos realizados e das visitas às instituições locais.

“Pra mim... igual ela está falando... Essa questão... Ela quis dizer que com o Mulheres da Paz, com o que foi apresentado pelo menos no curso, trouxe para a gente conhecimento de telefones, onde a gente vai, com quem a gente fala, quem a gente procura pra resolver muitas coisa pra nossa rua mesmo. Estava precisando, entendeu?”. (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

“Nós tivemos professores excelentes para nos capacitar, professores com muita boa vontade. Eu estudava aquela apostila como quem tava fazendo vestibular. Enquanto tava só o curso tava maravilhosamente bem porque os professores eram profissionais mesmo.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

As Mulheres da Paz apontaram como grandes problemas, ou seja, como pontos frágeis do projeto, a falta de apoio da prefeitura às demandas por elas diagnosticadas na comunidade e falta de continuidade do projeto.

“O que não funcionou foi a prefeitura, porque levava os problemas e dentro da prefeitura não tinha como falar com as pessoas, era o seguinte, nós estamos ouvindo, e não estamos dando certeza de nada, nós vamos tentar, então foi a prefeitura que não colaborou com as Mulheres da Paz”. (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

“Cobrava da gente, mas não passava nada. Então na parte dos professores foi nota 10, mas na parte da administração delas, das três mulheres que estavam nota 0 pra elas. Não foi legal.” “a gente mandava, cobrava os encaminhamentos a gente enviava pra cá, mas nunca tinha resposta. Aí o que acontecia a gente tava de frente com os usuários como a gente encaminhava de frente pras pessoas que a gente atendia, que a gente conversava aí era cobrado entendeu aí a gente não tinha como responder” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

Na prática, a falta de apoio acarretou como corolário a dificuldade de conquistar a confiança das famílias atendidas, na medida em que não existia um fluxo para as demandas.

“... Da minha parte, a maior dificuldade foi que as pessoas já estão tão descrentes de tudo. Nada muda. Todo mundo fala que vai acontecer isso de bom, que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo. Nada acontece. Então, a maior dificuldade é essa. Você conseguir conquistar a confiança daquela família, daquele jovem. Porque tá todo mundo já calejado, gente. Toda hora vem um e fala vai ser isso bom...”. (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

“ Eu sou da regional do Industrial e o meu bairro é Bandeirantes. Eu fiquei no projeto durante o curso todo e depois um tempo que eu não tenho muita certeza entre 6 a 8 meses. Aí a regional simplesmente nos abandonou e eu procurava, sempre procurando, mas nunca tinha um retorno, um apoio falando corretamente. Então eu fiquei simplesmente de pés e mãos atadas porque eu não tinha como dar uma sequência se eu não tinha um apoio de onde eu deveria ter....muitas demandas ficaram sem resposta e pode ter perdido um pouco a credibilidade o projeto.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

Em Contagem, os atrasos no recebimento das bolsas, a ausência de auxílio para transporte e lanche e a precariedade do apoio prestado pela equipe técnica multidisciplinar constituíram queixas adicionais das mulheres.

“então apresentaram essa equipe multidisciplinar pra gente e falaram que essa equipe ia ficar a disposição numa sala em cima da padaria A. ali na pracinha que ficaria ali e deram algum número de telefone. Esse telefone seria o nosso canal de comunicação. As vezes que eu liguei e falei eu fui 200% mal atendida.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

Na percepção das Mulheres da Paz, com o projeto, a comunidade ganhou em termos de aumento do nível de informação sobre os serviços existentes na região. Não obstante tais serviços serem caracterizados, por elas, como precários, eles eram desconhecidos de grande parte das famílias atendidas.

“É um programa que traz um empoderamento pra dentro da comunidade, que faz uma ponte entre a comunidade e os serviços públicos mais diferentes, que tratam de problemas mais diversos. Depois de um tempo as pessoas sentem que o Mulheres da Paz é algo deles também. Eu acho que melhora bastante a mobilização das pessoas pra enfrentarem velhos problemas de um jeito novo.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

“Muita gente aqui que não tinha, por exemplo, não sabia os seus direitos, o que tem na comunidade igual tem. Porque lá no Curumim⁷ tem um monte de coisa que é oferecida pra comunidade cursos, aqui no Mulheres Criativas e as pessoas não tinham acesso por falta de informação. E nós conseguimos passar isso pro pessoal todo, os quatro setores que o Mulheres da Paz atuavam passava essas informações pra todo mundo. (Mulheres da Paz, Santa Luzia, 2013).

As mulheres da paz destacaram vários ganhos a partir do projeto. Os subjetivos relacionados ao autocontrole, ao empoderamento e sentimentos positivos em relação ao próximo. Os objetivos relacionados ao aumento do nível educacional. Dito de outra forma, muitas mulheres voltaram a estudar após terem participado do projeto.

“[...] eu já tive críticas dentro de casa e eu sabendo da Lei Maria da Penha mudou a situação de eu mostrar [...] os meus direitos, entendeu, então justamente para mim, quando eu aprendi a lei Maria da Penha, quando eu aprendi que não é só agressão física, mas que agressão verbal era motivo da lei Maria da Penha não precisou eu falar mais nada eu apenas li quais eram os direitos e isso mudou.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

“Então, isso pra mim, todo esse trabalho que o Mulheres da Paz fez, ele fez a diferença. Enquanto a gente tava aí, a gente sempre responsáveis por aquelas famílias, a gente via que assim, você não fazia grandes coisas porque, lógico, nós não tínhamos todo esse poder. Mas uma coisinha que você fazia, você via o resultado daquilo, era satisfatório, a gente ficava feliz. Uma mãe uma vez me parou na rua pra me dizer que a filha dela tinha conseguido um trabalho de menor aprendiz porque eu conversei com ela e eu fiz ela ver que ela tinha que dar um rumo na vida dela. Então, assim, sabe? Eu quase... Eu fiquei emocionada, eu vi no que... só por ter conversado com ela, resolveu seguir um outro caminho. Então foi muito bom.” (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

A partir dos relatos é possível inferir que o trabalho realizado na comunidade legitimou o papel das MP enquanto referência local. No entanto, a legitimidade adquirida passou a ser, em alguns casos e para algumas mulheres, um problema, na medida em

⁷ Projeto Curumim – Projeto que visa transformar a comunidade por meio da formação de crianças e adolescentes que vivem situações sociais críticas, incentivando iniciativas para sustentabilidade e uma cultura de paz.

que membros das comunidades continuaram a trazer demandas, após o término dos projetos. Assim, as Mulheres da Paz eram percebidas como responsáveis por responder demandas que deveriam ser atendidas no âmbito institucional. Para aquelas mulheres não vocacionadas ou, sem disponibilidade de tempo para a militância comunitária, isso foi percebido como um ônus e um desconforto.

“Depois do projeto eu continuei com a bomba na mão. As pessoas que eu já ajudava no projeto continuaram me procurando. Então, a gente vai fazendo aquilo que a gente pode. Continua ajudando algumas famílias. Com uma cesta básica, com uma ajuda de passagem “ah eu preciso de ir em Santa Luzia para resolver alguma coisa”. O que estiver no meu alcance de ajudar essas famílias, eu faço” . (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

“De certa forma, a gente ficou como referência para aquelas famílias. Aí você tinha... Aí quando o projeto acabou ainda estava acompanhando as famílias, ainda tinha muita coisa para ser feita”. (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

Quando perguntadas quais eram os principais problemas nas comunidades as Mulheres da Paz apontaram questões relacionadas à saúde e a segurança. Elas ressaltaram a violência policial e dos criminosos locais como uma grave questão a ser enfrentada e que, gerou situações de constrangimento para as mulheres durante a execução dos trabalhos.

“É o que eu tô falando que eu volto a repetir, não sei se as meninas concordam comigo precisa de um ponto de apoio pra dependentes químicos”. (Mulher da Paz, Santa Luzia , 2013)

“Outra coisa eles não querem saber se é pai ou mãe eles batem na cara de mãe. Eles batem em mulher, eles não respeitam. Eu vejo que o pessoal que mora aqui sofre muito” (com a violência policial). (Mulher da Paz, Santa Luzia, 2013)

“chegou em ponto de bandido falar pra mim, vou queimar vocês, o seu filho, seu marido, sua casa, a gente vai te matar, porque você não é mulheres da paz, você é dedo duro. Tinha tido uma batida policial muito grande e eu não tinha nada haver, mas eles achavam que o mulheres da paz tinha, então eu procurei minha coordenação expliquei sobre isso, tive uma promessa de retorno e não tive.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

Não obstante algumas dificuldades relatadas pelas MP, em virtude da fragilidade da rede de proteção local e da falta de apoio municipal para o projeto, predominaram as avaliações positivas com destaque para a oportunidade de socialização com as outras mulheres e os novos conhecimentos adquiridos.

“E o projeto foi de fundamental importância para gente porque a gente adquiriu muito conhecimento nesse projeto” (Mulher da Paz, Santa Luzia 2013).

Ele é um programa que veio para ficar, não podia ter acabado, tinha que continuar, porque ajuda muito a comunidade, ajuda as próprias mulheres, que são da comunidade, ajuda a escola, pois faz mediação de conflitos entre os alunos e a escola, ajuda o Conselho Tutelar, pois com nossa capacitação conseguimos identificar casos de violência física, psicológica e sexual contra criança e adolescente, etc (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

“muitos direitos que a gente não sabia, direitos humanos. Então tudo isso nós aprendemos.” (Mulher da Paz, Contagem, 2013)

2.7 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE O MULHERES DA PAZ

A maioria dos jovens definiu o programa como um serviço de apoio aos jovens em situação de vulnerabilidade, desemprego e em busca de qualificação profissional:

“Foi na minha rua que eu fiquei sabendo do Mulheres da Paz, a mãe de um colega meu, ela falou pra ele e pra mim sobre o programa. Ela disse pra gente que o programa ia arrumar curso pra gente fazer e estágio de trabalho. Que pra gente não ficar á toa, sem ter o que fazer”. (Jovem atendido pelo Mulheres da Paz, Contagem, 2013)

“O que me falaram é que era pra colocar os jovens em cursos pra depois encaminhar pra treinamento em empresa. É uma coisa que muita gente quer e precisa, pois aqui não tem nada disso e tem muita violência, muito crack”. (Jovem atendido pelo Mulheres da Paz, Contagem, 2013)

Quanto aos pontos negativos os jovens afirmaram que os maiores entraves às atividades implementadas pelo projeto foram a escassez de recursos financeiros, a violência policial e o excesso de burocracia dos serviços da prefeitura. Foram apontados pelos jovens entrevistados muitos problemas nos encaminhamentos para a inclusão em programas de qualificação profissional, primeiro emprego, jovem aprendiz e estágio e no caso de Santa Luzia, dificuldades para ter acesso afetivo a rede pública de saúde.

“O programa começou com muita promessa, de que as coisas iam acontecer, que os adolescentes e jovens que precisavam de estágio e trabalho, podiam procurar as mulheres e ela iriam fazer as fichas e encaminhar todos. Mas, o tempo foi passando, passando e as coisas não andavam e a gente começou a desconfiar, cadê o estágio, cadê o emprego, e elas explicavam pra gente, elas tavam lá, mas o tempo passava e nada acontecia.” (Jovem do Mulheres da Paz, Contagem 2013)

“Eu acho que negativos, o que a gente encontra é dificuldade para ter acesso a cursos, estágios e oficinas. O negativo é esse, tinha de haver um incentivo maior pra atender os jovens, ter programas que recebessem rápido a gente, senão fica sem resposta. (Jovem do Mulheres da Paz, Contagem 2013)

Segundo os entrevistados o projeto não conseguiu mediar e melhorar a relação da polícia com os moradores, especialmente os jovens e adolescentes, visando à redução da violência e arbitrariedade policial.

“Muita gente sofria humilhação dos policiais, na hora de dar batida na gente, eles aproveitavam e faziam sacanagem com a gente, tiravam nossas coisas e ameaçavam. Tudo isso a gente falava pras mulheres, mas não adiantava nada, elas não gostavam daquilo mas, não conseguiam fazer nada.” (Jovem do Mulheres da Paz, Contagem, 2013)

Os entrevistados ressaltaram como ponto positivo, a aproximação dos jovens atendidos das mulheres do projeto. Embora, os encaminhamentos não se concretizassem ou demorassem muito, a capacidade das mulheres identificar as demandas relevantes desse público e realizar o encaminhamento adequado era reconhecida pelos jovens e constituía um fator de adesão.

Quando perguntados sobre os impactos do programa “Mulheres da Paz” na situação de violência na comunidade e possíveis modificações em suas trajetórias decorrentes da participação no programa, a maioria dos jovens declarou que não houve

redução significativa da violência. Eles foram categóricos nos dois municípios ao afirmar que o projeto não teve impactos na violência local, nem em suas vidas.

“Pra mim não” (Jovem atendido pelo Protejo e Mulheres da Paz, Santa Luzia 2013).

“Contagem no geral é uma cidade violenta e nos últimos anos a coisa está bem complicada por aqui na comunidade. Então, só o programa não tinha como mudar isso, sozinho.” (Jovem atendido pelo Mulheres da Paz, Contagem, 2013)

2.8 O PROJETO PROTEJO EM SANTA LUZIA (MG) E NO COMPLEXO DA MARÉ (RJ)

Foram avaliadas as experiências de implementação do Protejo em Santa Luzia e no Complexo da Maré no Rio de Janeiro (RJ).

O complexo de habitações denominado Maré está localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ) e é formado por 17 comunidades: Parque União, Vila Pinheiros, Parque Maré, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Vila do João, Rubens Vaz, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Praia de Ramos, Conjunto Pinheiros, Nova Maré, Roquete Pinto, Bento Ribeiro Dantas e Mandacaru. O IBGE apontou população estimada do complexo no ano 2000 de 113.817 habitantes dos quais 61% encontrava-se em setor considerado como do tipo subnormal. 49,6 da população era masculina. Quanto à cor/raça 61,4% da população se declarou parda ou negra. Crianças de zero a 14 anos representavam 30% da população da Maré, o que implica em demandas específicas para as políticas públicas de educação, saúde, cultura e lazer. Foram identificados no complexo em 2010 8375 analfabetas, 31% das quais com mais de 60 anos. No Complexo da Maré 27% da população tem até 15 anos, e 27,1 % de 16 a 29 anos. O bairro possuía cerca de 33.000 domicílios e a média do número de cômodos é de 4,4 por domicílio. Quanto ao abastecimento de água, mais de 99% das residências tem acesso a rede geral. No que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, existem oito unidades básicas de saúde e um centro de atenção especializada. Quanto a taxa média de homicídios, em 2009 era de 49,36/100 mil habitantes.

2.9 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PROTEJO

O cenário político institucional no qual foi implementado o PROTEJO em Santa Luzia foi o mesmo já descrito para o projeto Mulheres da Paz. Naquela cidade o convênio, SENASP/MJ No. 237/2008, para a realização do projeto foi inicialmente aprovado com o prazo de vigência de Junho de 2008 a Junho de 2009. No entanto, até fevereiro de 2009 ainda não tinha sido implementado. Assim, foi solicitada e aprovada a prorrogação do prazo de vigência, bem como a reformulação do plano de trabalho. O novo prazo vigoraria até Junho/2010. Diferentemente do projeto Mulheres da Paz, o Protejo ficou a cargo da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Transportes e foi executado pela própria Prefeitura.

Na reformulação do plano de trabalho, foram revistos os valores, apresentado um novo cronograma de metas a serem cumpridas e uma nova dinâmica na implementação do projeto. A principal dificuldade apontada em relação aos valores era sua defasagem em relação aos custos. A equipe do Protejo foi composta por dois coordenadores, uma psicóloga, uma auxiliar administrativa e nove oficinheiros, ou seja, técnicos responsáveis por ministrar as oficinas. A divulgação do projeto foi realizada por diferentes instituições locais. Os gestores apontaram como positivo para a divulgação do projeto, o fato da auxiliar administrativa ser uma liderança comunitária e, por isto, conhecer várias famílias cujos jovens tinham o perfil para entrarem no projeto. O processo seletivo dos jovens foi realizado pelos coordenadores e pela psicóloga. Os critérios adotados foram os previstos no convênio. O jovem participante que tivesse frequência mínima de 75% nas atividades era contemplado com bolsa-auxílio mensal no valor de R\$100,00, retirada nas agências da Caixa Econômica Federal por meio de cartão magnético.

O projeto Protejo foi implementado no complexo da Maré mediante o Termo de Parceria n.º 007/2008, assinado em 26/12/2008 pelo Ministério da Justiça e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Viva Comunidade. O projeto teve duração de 10 meses no total (agosto de 2009 a maio de 2010), sendo 8 meses destinados à atuação direta com os jovens nas aulas e oficinas e 2 meses destinados ao planejamento, organização e implementação.

A iniciativa de implementar o projeto no complexo da Maré surgiu a partir dos indicadores locais de violência e vulnerabilidade social. A equipe do *Viva Comunidade* identificou a importância de se respeitar as fronteiras estabelecidas pelas facções criminosas que dominam as diferentes comunidades da Maré para que pudesse garantir ao jovem segurança na sua circulação até o local onde as ações do projeto seriam oferecidas. Desta forma, foram criados pólos onde agrupavam as comunidades dominadas por uma mesma facção criminosa. Em cada pólo, foi possível articular com as lideranças locais os lugares onde os jovens poderiam participar das oficinas, sendo dois (2) locais por pólo. Foi então feita a divulgação do projeto nos pontos da rede de proteção aos jovens, nas Associações de Moradores e, em outros lugares de acesso população alvo. As inscrições dos interessados no projeto foram realizadas nos locais onde seriam oferecidas as oficinas, priorizando os jovens que atendiam aos principais critérios de inclusão definidas no modelo do Protejo. Foram realizadas 1090 inscrições e selecionados 500 jovens distribuídos em número de 125 por pólo (constituindo 2 grupos de 63 e 62 jovens respectivamente). Cada turma por sua vez se dividia em turnos manhã e tarde, o que gerou 4 turmas por pólo (duas pela manhã e duas a noite).

A equipe técnica do projeto foi constituída por pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, professores e técnicos de multimídia e se responsabilizou pelas oficinas.

No complexo da Maré os anos de 2009 e 2010 foram peculiares. Facções rivais do tráfico de drogas disputavam territórios para abrir novas frentes no mercado das drogas após implantação das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora – UPP na cidade do Rio de Janeiro (RJ) firmavam pactos de não enfrentamento e alianças para compra e venda de armas, drogas e divisão de lucros.

O Complexo da Maré comportava em seu território à época, ações do Comando Vermelho - CV, Amigos dos Amigos – ADA, Terceiro Comando - TC e Milícia. Isso fez com que o Complexo vivenciasse em seu território os desentendimentos e conflitos inexistentes em outras favelas, onde atuava apenas uma facção. Relatos de cerca de 50 mortos em confrontos e, corrupção de policiais (acusados de alugar *caveirões* para traficantes), não foram confirmados pela Secretaria de Segurança Pública, embora denunciados por ONG locais e moradores.

No que diz respeito à execução, em Santa Luzia foram realizadas mais de 600 inscrições, com seleção de 150 jovens selecionados. Os coordenadores tentaram uma negociação com o Ministério da Justiça para aumentar o número de jovens atendidos. Como não foram atendidos, refinaram a seleção e o projeto foi iniciado com 128 jovens. Quanto à formatação, o projeto contou com 04 turmas, com 32 jovens cada, sendo 02 pela manhã e 02 à tarde. Os jovens passaram pelo Percurso Social Formativo com duração de 800 horas. As oficinas e seus respectivos conteúdos atendiam as prescrições do Ministério da Justiça.

Os jovens selecionados foram convidados a responder um questionário. Dos respondentes, 56,3% eram do sexo masculino e 43,7% são do sexo feminino, 33,9% tinha 16 anos, 28,8% 15 anos, 21,2% 17 anos, 10,2% 18 anos, 1,7% 19 anos, 1,7% 20 anos, 0,8% 21 anos e 0,8% 22 anos. Quanto à raça/etnia 57% deles se consideraram pardos, 20,2% negros, 14% brancos, 3,5% indígenas e de 5,5% orientais. 42,9% das famílias dos jovens do Protejo recebiam, em 2009, de 1 até 2 salários mínimos, 37,8% recebiam menos de 1 salário mínimo, 11,8% recebiam de 2 até 3 salários, 7,6 de 3 até 5 salários mínimos. 52,1% não possuíam Carteira de Trabalho e Previdência Social, 47,9% já tinham o documento. 74,8% não possuíam título de eleitor, 89% estavam frequentando e 10,1% já tinham frequentado a escola. 49,1% deles já trabalharam enquanto 50,9% deles nunca tinham trabalhado. 56,3% já tinham conhecimento básico de informática enquanto 43,7% deles não sabiam utilizar os princípios básicos da tecnologia. 48,3% dos jovens tomaram conhecimento do projeto por meio de amigos ou parentes, 29,3% foram informados através dos próprios técnicos do projeto, 12,1% foram informados pelos membros das entidades sociais parceiras, 7,8% tomaram conhecimento através da escola e apenas 1,7% através do rádio/televisão/jornais. 66% tiveram como principal motivação para participar do Protejo a busca por uma opção rumo ao trabalho. 52,8% das famílias dos jovens recebiam algum tipo de auxílio do governo, em 95,6% dos casos o benefício recebido era o Bolsa Família. 4,2% dos jovens estavam cumprindo algum tipo de medida socioeducativa quando do ingresso no projeto. 83,2% relataram já ter sofrido agressão verbal, 72,3% declararam ter sofrido agressão física. Com relação ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, 81,5% dos jovens do Protejo tinham alguém próximo que tinha sido ou era viciado em algum tipo de droga. 57,1% dos jovens relataram já terem tido alguém próximo que foi assassinado. 68,9% dos jovens relataram ainda ter alguém próximo que já passou pelo sistema prisional. Dados da mesma natureza não estavam disponíveis para o delineamento do perfil do jovem participante do Protejo no Complexo da Maré.

2.10 A VISÃO DOS GESTORES SOBRE O PROTEJO

A semelhança do que ocorreu no Projeto Mulheres da Paz, os gestores do PROTEJO em Santa Luzia apontaram a falta de apoio político para o projeto. As instalações disponibilizadas pelo município eram precárias e a interlocução com a administração municipal era frágil. O projeto não era valorizado e existia um grande preconceito por parte de membros da administração municipal em relação ao projeto por conta do perfil da clientela. Desta forma, às dificuldades generalizadas de operação da máquina administrativa do município se somavam barreiras atitudinais de membros da administração pública.

“O Projeto em um ano mudou de lugar três vezes, a prefeitura não entrou com a contrapartida necessária, não bancou o espaço ideal, que era da prefeitura por problemas políticos. O primeiro local era uma casa alugada e alguns jovens não gostavam. O segundo local era um centro de merenda desativado, a proposta desde o início seria arrumar o centro para que o Protejo pudesse funcionar, o local era considerado ideal à medida em que não tinha bar nas redondezas, nem qualquer outra “distração” que pudesse tirar o foco dos jovens para o projeto. Além disto, se alguém chegasse usando drogas, ou vendendo seria facilmente avistado. Era uma área bem aberta.... A prefeitura demorou muito para comprar os equipamentos tais como computadores porque tinha que fazer licitação, os computadores demoraram a chegar. Como os computadores não tinham chegado, foram doados computadores antigos e o oficineiro de informática resolver dar aula de manutenção em um primeiro momento” (Gestor, Santa Luzia, 2013).

No Rio de Janeiro, foram utilizados basicamente, os espaços das associações comunitárias, parceiras de primeira hora do projeto. Dada à precariedade desses espaços foram necessários investimentos em reformas por parte da OSCIP executora. As dificuldades de gerenciar os recursos, considerados insuficientes para bancar as necessidades e contingências de execução que foram surgindo ao longo do projeto foram descritas por gestores das duas experiências. Os gestores do PROTEJO no Complexo da Maré exemplificaram relatando os problemas de infraestrutura dos locais onde eram administradas as oficinas, os quais apresentavam inúmeros problemas nas edificações como banheiros sem porta, má ventilação, pintura ruim etc. Relataram ainda situações nas quais o planejamento inicial se mostrava impossível de ser concretizado exigindo ajustes, que não eram aceitos ou só eram aceitos a partir de muito conflito com a administração no âmbito federal:

“A verba era insuficiente, foi escrito um ano antes, não puderam fazer migração de verba. O controle pode ser feito por um técnico em loco para saber o que estava acontecendo, se a verba estava sendo bem utilizada... O controle é tão excessivo, que engessa para algumas adaptações necessárias... Tem verba faltando em um lugar e sobrando em outro por causa do engessamento, tivermos que devolver verba, pela falta de mobilidade da verba. Não pode engessar o programa... “Nossa grande sacada foi ter batido de frente com Brasília” (Gestor, Santa Luzia, 2013).

“É...Aí o que aconteceu... Mas o nosso problema foi outro, o cara me questionou...Tinha lá no orçamento mil cartazes. A gente avaliou que a gente só precisava de 100, e fizemos só 100. Quando chegou lá na frente: “Aqui, por que você não fizeram 1000 cartazes?” A gente avaliou que 100 dava. “Mas estava na meta mil cartazes, e queremos uma justificativa do porque vocês não fizeram.” Entendemos que 10 cartazes foram necessários. Porra, tinha som... O que adiantava eu colocar mil? Pra você ver como a gestão lá é engessada: o cara invés de ficar feliz... Então cara, eu tive problema porque não fiz mil, mas

resolvi fazer cem. Tinha 20 Associações de Moradores, legal!, então eu dou 10 para cada associação.” (Gestor, Complexo da Maré, 2013)

“Não, não dava. A gente tinha que fazer assim: o banheiro está sem porta, a gente colocava uma porta e pedíamos a solicitação de rubrica...“Não pode”... Mas a gente já fez!... E aí vamos para a discussão, vamos para a discussão” (Gestor,Complexo da Maré, 2013)

Ainda na percepção dos gestores, outro problema a ser ressaltado diz respeito à falta de fluxo institucional entre a rede de proteção local, no sentido de atender as demandas apresentadas pelos jovens do Protejo.

“os apoios são pessoais e não institucionais... os apoios que o projeto conseguiu foram quase todos pessoais” falta de suporte institucional, isto é muito problemático. Os apoios têm de ser costurado, antes”. (Gestor, Santa Luzia, 2013)

“Eu lembro que o DCDC da Maré, a gente mandou um ofício e não tem resposta. Aí fomos... “tem que ver cara com a coordenação”. Onde é a coordenação? “A coordenação é lá no centro da cidade, na Guanizares”. Aí eu fui, quando eu chego: “ Gostaria de falar com o coordenador, o X , eu sou o A, não sei o que”... “Quero ver quem é esse A”...“A, pô, meu irmão. Esse ofício aqui é teu, pô, se você tivesse dito”. Pô maneiro, legal”. Mas não tinha que dizer cara. Não é para mim, não é uma festa pra minha filha que eu quero fazer: é um programa governamental, do governo do estado é parceiro tal, tal, etc. Aí legal e ele: O fulano, o A vai te dizer quantas salas ele precisa”... Já atropelou o coordenador. Aí ele ligou para o acara e: “O que ele quiser aí pode dá”. Poxa, não é isso, Entendeu”. (Gestor, Complexo da Maré, 2013)

Os gestores fizeram muitas críticas ainda ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), que consideram pouco amigável e de difícil manuseio.

2.11 A VISÃO DOS JOVENS SOBRE O PROTEJO

Apesar de algumas dificuldades relatadas pelos jovens, por conta da estrutura precária, predominaram as avaliações positivas do projeto com destaque para a oportunidade de socialização com outros jovens, a dimensão lúdica de algumas atividades e os novos aprendizados.

“No início a casa era uma tremenda sacanagem com a gente, o dono da casa dava uma festa e deixava uma bagunça pra gente limpar, ele era um porco, aí aconteceu a mudança de casa para outra lá na Avenida Brasília, lá era melhor tinha mais espaço pra dançar Hip Hop e outras atividades e de novo mudamos para um centro de merenda escolar que estava desativado. A gente passeou, fomos em Santa Luzia conhecer as igrejas e, claro, a nossa História, fomos num convento e num teatro Histórico, fomos no Palácio das Artes mas tem uma parte que eu não pretendo comentar prefiro ficar só na memória” (Jovem Protejo, Santa Luzia, 2013).

“Depois que eu entrei no Protejo eu fiz novas amizades, não fiz inimizades mudei de casa, parei de fazer coisas erradas que eu fazia e prefiro nem comentar foi melhor pra mim e acho que para minhas amizades também ocupei muito o meu tempo, pois só ficava na rua, não fico mais e é isso mesmo pra mim foi melhor. Eu depois que entrei no Protejo só fiz amizades e aprendi algumas coisas que vou levar comigo, para que seja de exemplo na minha vida, depois que acabar só vou ter boas lembranças e saudades”. (Jovem Protejo,Santa Luzia 2013)

“Gostei mais das amizades e do ensino que lá teve. Que assim, hoje em dia, tá difícil ter um curso desse e ainda mais como auxílio que estava dando. Hoje em dia está difícil arrumar emprego. O curso vai ajudar muito”. (Jovem PROTEJO, Complexo da Maré, 2013)

Quando questionados sobre os objetivos do projeto, alguns jovens relataram não se lembrar e outros admitiram nunca ter sabido com exatidão quais eram os objetivos. Nas respostas obtidas chama atenção a ênfase dada às dimensões de formação para a vida profissional e de oferecer uma ocupação que os tirasse das ruas e os libertasse dos “vícios” e más práticas.

“Assim, o objetivo dele que eu vi assim era tirar a gente da rua, mostrar que a gente pode fazer mais atividades, entende?! Isso que eu achei que ele passou pra mim”. (Jovem Protejo, Santa Luzia 2013)

“O objetivo do protejo era reunir pessoas, eu digo assim pessoas carentes, tirar os jovens que, vou dizer assim, tinham vícios, que não tinha conhecimento de muita coisa entendeu, então eles queriam tirar esses jovens da rua entendeu, fazendo com que os jovens interagissem entre eles, era esse o objetivo do projeto”. (Jovem PROTEJO, Complexo da Maré, 2013)

No que diz respeito à percepção dos jovens em relação aos cursos, instrutores e coordenadores, nos dois locais ocorreram problemas pontuais na relação com técnicos, rapidamente resolvidos pelas coordenações, por meio da substituição dos profissionais. Os docentes/instrutores foram considerados os pontos fortes do projeto, pela capacidade de interação, conhecimento e respeito pelos jovens. As dimensões socializantes e a oportunidade de fazer novas amizades foram citadas por vários participantes como ponto alto, assim como a agregação de conhecimentos importantes para o acesso ao mercado de trabalho.

No que diz respeito à percepção dos jovens em relação aos cursos, instrutores e coordenadores, nos dois locais ocorreram problemas pontuais na relação com técnicos, rapidamente resolvidos pelas coordenações, por meio da substituição dos profissionais. Os docentes/instrutores foram considerados os pontos fortes do projeto, pela capacidade de interação, conhecimento e respeito pelos jovens. As dimensões socializantes e a oportunidade de fazer novas amizades foram citadas por vários participantes como ponto alto, assim como a agregação de conhecimentos importantes para o acesso ao mercado de trabalho.

Os jovens não percebiam grandes modificações em suas vidas decorrentes da participação no Protejo. Um pequeno número apontou ganhos no âmbito subjetivo, tais como responsabilidade e “juízo”.

“Modificação assim não trouxe, não. Mas intelectualmente a gente cresce sim. Com o que eles davam lá, davam aulas boas pra gente. Por exemplo, que eu me lembro, e não tiro da cabeça também, foi... a gente fazia aula de teatros lá, de oficina e passavam vídeos... por exemplo, explicando... por exemplo, tem uma árvore que chama Macumba aí explicava esse processo todo que algumas pessoas acham o que é a macumba, não sabe o que é a macumba, se a macumba é uma religião, se é uma árvore, entendeu?! Isso eu me lembro”. (Jovem Protejo, Santa Luzia 2013).

A inserção no mercado de trabalho e, a preparação para esta inserção, aparece de forma latente ou explícita como uma grande demanda dos jovens.

Na concepção de alguns jovens o Protejo não propiciou nenhuma forma de qualificação para o mercado de trabalho. No entanto, para outros, algumas atividades os prepararam, mesmo que de forma inicial, para possíveis situações a serem vivenciadas, conforme os relatos a seguir:

“Não, na verdade assim, não... porque não tinha assim uma matéria específica, entendeu?!... era tipo, a gente ia mesmo pra se divertir... o crescimento intelectual nosso era mais cultural assim, sabe?! Não tinham muito para o que o mercado de trabalho pede hoje em dia, não”. (Jovem Protejo, Santa Luzia, 2013)

“Com certeza, claro que sim eu tenho o certificado do Projeto, eu sempre coloco no meu currículo, eu aprendi a mexer com informática básica”. (Jovem Protejo, Santa Luzia, 2013)

2.12 A VISÃO DOS TÉCNICOS

A maior parte dos técnicos expressou opiniões positivas sobre o projeto, relataram considerar que os jovens participantes atendiam aos critérios de inclusão definidos, elogiaram as coordenações dos projetos. Nenhum dos profissionais entrevistados conseguiu recuperar com detalhes o processo de constituição do percurso formativo, fato atribuído ao lapso de tempo entre a realização do projeto e a entrevista. Os técnicos questionaram bastante a descontinuidade da iniciativa que, avaliaram positivamente e, relataram ser questionados por egressos e seus familiares sobre o retorno do Protejo a comunidade da Maré. Com relação aos pontos altos, os técnicos destacaram o fato de o projeto ter sido desenvolvido na comunidade e os seminários realizados em território neutro, o que permitiu a integração de jovens oriundos de favelas diferentes.

“Olha, o ponto forte do projeto foi realmente levá-los (os jovens) a se interessar pelo trabalho, porque através do trabalho eles aprenderam que ali eles teriam como começar a trabalhar, ter o primeiro emprego deles”. (Técnica Complexo da Maré, 2013)

“As principais realizações foram na comunidade, o poder juntar essas pessoas que não podiam atravessar a rua, num local meio neutro. Eles faziam as atividades depois iam se apresentar em outro lugar e aí todos eles se reuniam e ficam bem”. (Técnico Complexo da Maré, 2013)

Com relação aos pontos frágeis, os técnicos apontaram a insegurança e conflitos no território, dificultando o acesso dos jovens de algumas áreas e o desconforto de algumas instalações e as dificuldades de apoio das outras instituições.

“Olha, um ponto frágil?...Eu acho que realmente era o local, porque tinha que ser na comunidade e nem sempre eles podiam chegar... Aonde eu estava era o melhor lugar, porque não acontecia muito, mas em outros lugares da Maré foi difícil....Assim, tem lugar na Maré que a sala de aula ele era de um lado, a outra na esquina, o que não podiam atravessar, não podiam passar de um lado para o outro porque é perigosíssimo”. (Técnica, Complexo da Maré, 2013)

“Na implementação do projeto. Teve essa coisa da área. Eu me lembro que chegou um determinado momento que estava tudo certo (a localização das salas de aula e tudo) e teve uma guerra de tráfico que dividiu um polo, que teve que mudar porque são várias facções criminosas e isso lá complicava bastante”.(Técnico Complexo da Maré, 2013, 2013)

“dificuldades para colocar os jovens de volta para as escolas, a escola tem muita dificuldade para lidar com os alunos que não tem os critérios pedidos pela escola. Os gestores escutaram muito ‘não quero bandido na minha escola’. (Técnico Santa Luzia, 2013)

Um dos pontos que apareceu espontaneamente na fala dos técnicos, diz respeito à importância do professor/técnico. Sua habilidade em interagir, sua postura compreensiva e empática aos jovens de periferia, sua sensibilidade para entender a realidade local e se despir de preconceitos, pareceu a todos importante para o sucesso do projeto, sendo a confiança dos jovens nos docentes fundamental para garantir a adesão dos primeiros à proposta.

“Isso, eu acho, o que eu aprendi com todas as versões do Protejo é que quem está lá dentro de sala é o mais importante, porque é de fato quem vai atrair o menino pro dia seguinte, ou afastar de vez. A gente teve um problema numa sala lá na Maré com isso: uma professora que ficou nervosa, se alterou, enfim, discutiu com uma menina; nada demais, mas que a turma inteira ficou: ‘Ai que absurdo, não sei o que’... não queriam voltar e tal, e conseguimos intervir lá, mas foi complicado”. (Técnica Complexo da Maré, 2013)

2.13 A VISÃO DOS PARCEIROS DO PROTEJO

Os principais parceiros do PROTEJO no Complexo da Maré foram as associações comunitárias, uma vez que a rede de proteção é fraca e desarticulada no local. Todas as associações relataram contatos superficiais com os gestores do Protejo, assim como um entendimento, também superficial, dos seus objetivos.

“colocar... ensinar cidadania, pacificador... esse tipo de coisa”. (Parceiro Complexo da Maré, 2013)

“O objetivo é melhorar as condições na área de educação daquele jovem. Melhorar, dar uma oportunidade. Alguns jovens estão um pouco atrasados. Saíram da escola por outros motivos aí. Dar uma oportunidade dele resgatar esse tempo perdido”. (Parceiro Complexo da Maré, 2013)

A relação do projeto com as associações praticamente se resumiu a cessão do espaço físico. Esta superficialidade também teria constituído um ponto fraco do projeto para alguns, assim como, a descontinuidade das ações. Muitos se sentiram frustrados com a parceria, pois tinham expectativa de mais investimentos, por parte do *Viva Comunidade* no espaço das associações.

Em Santa Luzia, as parcerias foram também frágeis e ocorreram basicamente com o Conselho Tutelar e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), cujos técnicos entrevistados conheciam pouco das ações executadas pelos projetos.

“Eu acho que o programa precisa de tempo para estabilizar, né?! Mas eu acho que ele já teve uma repercussão... a continuidade é a melhor coisa para se... experienciar mesmo os frutos, os retornos de um investimento. Eu que pouco dessas questões que tive retorno, vi que foi uma situação de muita ajuda a comunidade... Pelo que eu pude ouvir nas reuniões do conselho, das reuniões das questões de rede, porque a gente tinha reunião de rede também... então sempre percebi que era mais uma ação de intervenção muito importante”. (Técnico Conselho Tutelar, Santa Luzia, 2013)

O ponto forte do projeto para os parceiros foi a agregação de conhecimento para os jovens. Nenhum dos parceiros, líderes das associações comunitárias da Maré visualizou redução na violência local que possa atribuir às ações do projeto ou, o surgimento de outras iniciativas a partir deste. Segundo essas lideranças, o projeto foi executado durante pouco tempo e é pouco conhecido da comunidade, onde não foi muito divulgado, excetuando-se nas fases de seleção dos jovens. Esses parceiros queixaram-se ainda da falta de retorno do Viva Comunidade quanto aos resultados da iniciativa e do fato de ficarem sabendo do andamento e dos acontecimentos do Protejo por meio dos jovens participantes. Todos os parceiros sugeriram maior interação com as associações no caso de uma segunda edição do Protejo na comunidade.

“O ponto forte foi essa parte que eles eram leigos, foi sobre cidadania, entendeu, nunca tiveram alguém para explicar... um cidadão, forma de agir, pensar, forma de ter uma boa índole né”. (Parceiro, Complexo da Maré, 2013)

“Ponto fraco, é que teve muito pouco diálogo com a associação. Por isso que eu não sei nem porque... na verdade eu cedi o espaço e quem comentava qualquer coisa eram os jovens, porque os dirigentes.” (Parceiro, Complexo da Maré, 2013).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PROJETOS AVALIADOS

Os projetos enfrentaram desafios parecidos no que diz respeito à implementação. Em Santa Luzia e Contagem, as prefeituras municipais se candidataram aos editais de seleção da SENASP, foram contempladas com os recursos, mas de fato, depositaram pouca energia e liderança institucional na execução. A falta de participação de quadros da burocracia municipal com autoridade e liderança na gestão dos projetos, minou qualquer possibilidade de articulação do Protejo e do Mulheres da Paz com as outras políticas sociais. Esta articulação é imprescindível para tornar realidade o acesso dos jovens às ações de saúde, assistência social, educação etc., identificadas pelas Mulheres da Paz ou por técnicos e coordenadores do Protejo e por intermédio deles demandadas. No Complexo da Maré o problema também parece ter ocorrido, tendo sido inclusive apontado pela Controladoria Geral da União (CGU, 2011) que em relatório questionou a não apresentação de evidências do encaminhamento de jovens para a rede de proteção, o que segundo os gestores de fato ocorreu, mas sem resultados efetivos.

O fracasso dos projetos em realizar essas ações constituiu uma fonte de frustração e perda de legitimidade, principalmente para as Mulheres da Paz e, de frustração para os jovens envolvidos em Minas Gerais.

Esta mesma falta de articulação intersetorial fez com que a Polícia Militar não reconhecesse os projetos e os desconsiderasse como parceiros na prevenção da violência e criminalidade. Vários foram os relatos de Mulheres da Paz ou, de jovens usuários dos projetos, de intimidação injustificada pela Polícia Militar, principalmente em Santa Luzia e Contagem (Minas Gerais). No Complexo da Maré não identificamos este tipo de situação. Registre-se, contudo, que em Minas Gerais a Polícia Militar tem presença cotidiana nos territórios onde os projetos foram executados. No complexo da Maré no Rio de Janeiro (RJ) a impressão dos pesquisadores é que a presença da polícia se faz mais por incursões, ou seja, entradas pontuais no Complexo. Desta forma, as forças policiais

não têm conhecimento detalhado das iniciativas em curso no território ou conhecem os participantes.

As organizações e lideranças criminosas que atuam nos territórios intimidaram ações das Mulheres da Paz em Santa Luzia e Contagem, de forma mais intensa nesta última cidade. No Rio de Janeiro as dificuldades criadas pelas organizações criminosas à oferta de ações do Protejo se fez de forma indireta, devido às dificuldades criadas para circulação dos jovens no território, mas não eram dirigidas especificamente aos instrutores ou jovens participantes.

Outro traço comum nas três experiências avaliadas foi a dificuldade com os recursos financeiros, mal dimensionados para cobrir as despesas e de difícil gestão no que toca a burocracia para troca de rubricas, quando necessário. Esta situação foi mais dramática no caso dos municípios de Santa Luzia e Contagem, onde o despreparo e baixo nível de profissionalismo das burocracias municipais tornavam o difícil quase impossível. Ainda que com dificuldades, a OSCIP *Viva Comunidade*, aparentemente, teve mais agilidade para contornar esta dificuldade.

As dificuldades orçamentárias/financeiras resultaram em contratações precárias e mal remuneradas de técnicos e coordenadores o que conspira contra a qualidade das ações, resultando em baixa adesão desses profissionais e absenteísmo, com possível exceção do caso do Rio de Janeiro, onde os docentes/oficineiros tinham perfil mais vocacionado para este tipo de atividade. Cabe ressaltar que o trabalho em aglomerados e favelas violentas com jovens em situação de vulnerabilidade exige, pelas dificuldades de acesso, segurança, perfil da clientela, e os estigmas vastamente disseminados contra esta população, habilidades e competências de comunicação específicas e convicção militante do profissional, principalmente, quando mal remunerado. Agregue-se que a natureza temporária dos projetos, com prazo curtíssimo de duração (10 meses) e com perspectivas incertas de continuidade, dificulta o engajamento dos técnicos que os encaram como uma atividade complementar de renda. Identificar e contratar profissionais vocacionados para este tipo de trabalho constituiu um dos acertos do *Viva Comunidade* no Complexo da Maré.

Chama atenção ainda a baixa disposição e falta de agilidade dos governos municipais em alocar recursos do orçamento próprio para “*vitaminar*” os projetos, resultando em dificuldades de obter instalações adequadas, conseguir estrutura mínima como mobiliário, linha telefônica, transporte quando necessário, divulgação etc. e disponibilidade de servidores para apoio às atividades.

No caso da implementação do PROTEJO pela *Viva Comunidade*, a OSCIP também enfrentou problemas de acesso a espaços adequados em instituições parceiras (associações comunitárias) e junto às instituições públicas.

Foi ainda observado nas duas áreas onde o PROTEJO foi implementado frustração dos jovens (maior em Santa Luzia) com o fato da formação oferecida, ter conferido poucas habilidades e competências para a inclusão no mercado de trabalho, o que constitui a maior demanda desta clientela.

Por fim, qual o impacto dos projetos sobre a redução da violência e criminalidade nos territórios atendidos? O desenho de pesquisa executado não tem força para responder esta questão, mas a percepção dos atores envolvidos e entrevistados é de que tanto o projeto Mulheres da Paz quanto o Protejo em Minas Gerais e Rio de Janeiro não alteraram o cenário de violência e criminalidade nos territórios onde foram implementados, ainda que tenham gerado resultados positivos no que diz respeito ao empoderamento das mulheres que participaram do Mulheres da Paz (muitas consolidaram suas lideranças nos territórios) e, tenham agregado para os jovens participantes do Protejo conhecimentos.

No caso do município de Santa Luzia, os atores entrevistados não apontaram evidências de que a implementação concomitante dos dois projetos tenha trazido algum tipo de potencialização mútua. De fato, o Protejo começou antes do Mulheres da Paz e a articulação entre os dois projetos foi pequena a despeito da superposição de jovens atendidos.

Chamou ainda atenção dos pesquisadores o pouco apreço pela memória das instituições e pela guarda documental do Estado. Excetuando documentos de natureza contábil e fiscal, os municípios que executaram os projetos preservaram poucos documentos gerenciais que nos permitissem a reconstituição da execução, evidências de encaminhamentos para a rede parceira, prontuários de acompanhamento dos jovens (se é que existiram), atas de reuniões etc. Em Minas Gerais, os informantes relataram que esses documentos ou não existiam, ou foram extraviados. No caso do Rio de Janeiro, foi afirmado que os documentos existiam, mas não chegaram de fato a ser disponibilizados para os pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, L.E.; ESCUDER M.M.L.; PEREIRA J.C.R. The color of death: causes of death according to race in the state of São Paulo, 1999 to 2001. **Revista Saúde Pública**, v.38, n.5: 630-636, 2004.

BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Lei Nº 10.746, de 10 de outubro de 2003. Altera a redação dos arts. 1o, 4o e 5o da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.746.htm

CLAVES- CENTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI. **Avaliação do Projeto Luta pela Paz Maré – Rio de Janeiro, 2006**, 150p. Disponível em: <http://www.fightforpeace.net/wp-content/uploads/2012/06/claves.pdf>. Acessado em 15/09/2013

COHEN E.; FRANCO R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002

CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, **Relatório de Demanda Especial. N° 00190.009683/2011-31 - Ministério a Justiça**, 464p., 2011. Disponível em: http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/5728_%20Termos%20de%20Parceria%20-%20MJ.pdf. Acessado dia 15/09/2013

CRISP. **Atualização do Diagnóstico Qualitativo das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade do Palmital/ Santa Luzia**. Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais 2006**. Minas Gerais, 2010.

MELLO R. **Relatório Descritivo do Projeto PROTEJO no Complexo da Maré**, Rio de Janeiro - RJ, 2009/2010. 46p., 2010

MOLYNEUX, M. Mothers at the Service of the new poverty agenda: progress/opportunities, Mexico's Conditional Transfer Program. **Social Politics and Administration**, 40/4, p. 429-40, 2006.

OLIVEIRA J.; PEREIRA N.; CAMARANO A.; BAENINGER R.; **Evolução e Características da População Jovem no Brasil**. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ, OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, **Guia de Ruas Maré**, 2012. 136p. Disponível em: http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2012/10/GuiaMare_Web.pdf. Acesso em 15/01/2013

SILVA, C. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SOARES L.E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estud. Av.** 21(61): 77-97, 2007.

SORJ B.; FONTES A. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações interregionais. **Interseções**, v.2, p. 267-285, 2007.

WAISELFISZ J.J. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/brazil/documents/mapaviolencia.pdf>. Acesso em : 15/09/201